

de *A Cor do Tempo Quando Foge*,
o título genérico dos livros em que reúno textos de intervenção,
crónicas e artigos de opinião publicados na imprensa portuguesa
e estrangeira abordando os meus temas de sempre: a democracia,
o Estado, a administração da justiça, a universidade, as desigual-
dades sociais, as lutas sociais, a renovação da esquerda, a crise do
capitalismo e suas consequências.

GRUPO ALMEDINA

Boaventura
de Sousa
Santos

A COR DO TEMPO QUANDO FOGE Vol. 2

ALMEDINA

Boaventura de Sousa Santos

A COR
DO TEMPO
QUANDO
FOGE
Vol. 2


ALMEDINA

BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS

A Cor do Tempo Quando Foge

Volume 2

Crónicas
2001-2011


ALMEDINA

A COR DO TEMPO QUANDO FOGE

Volume 2

Crónicas – 2001-2011

AUTOR

Boaventura de Sousa Santos

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

Rua Fernandes Tomás, n.º 76, 78 e 80 – 3000-167 Coimbra

Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901

www.almedina.net · editora@almedina.net

DESIGN DE CAPA

FBA.

PAGINAÇÃO

Jorge Sêco

IMPRESSÃO | ACABAMENTO

PAPELMUNDE, SMG, LDA.

V. N. de Famalicão

Novembro, 2012

DEPÓSITO LEGAL

352151/12

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infrator.



GRUPOALMEDINA

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

SANTOS, Boaventura de Sousa, 1940-

A cor do tempo quando fuge: crónicas. - v.

2º v.: 2001-2011. - ISBN 978-972-40-4800-0

CDU 316

32

821.134.3-92"19/20"

ÍNDICE

PREFÁCIO	11
PREFÁCIO DO PRIMEIRO VOLUME	17
2001	
A Ciência e o Risco Social	25
O Princípio do Futuro	27
A Nossa Prisão Perpétua	29
Paivenses, Souselenses, Canenses	31
O Outro Estado da Nação	33
As Lições de Génova	35
Porquê Pensar?	39
Eu, Pecador, me Confesso	41
Mudanças no Escuro	43
O Antraz dos Ricos	45
O Capitalismo Universitário	47
A Era dos Extremos	50
2002	
O Fim da Imaginação do Centro	55
Uma sociedade em busca de medida	57
Belgais, Portugal	66
A Construção de um Insulto	69
O Novo Espectro	73
A Ideia do Serviço Público	75
A Igreja e a Nova Reforma	77
Um Futuro Sustentável?	80
Faça-se Justiça	83
Um Ano de Desassossego	85
O Brasil e o Mundo	95
Viemos de Bagdad	97
A Universidade de Coimbra	99
2003	
Desconcertação Social	105
Lula, a Utopia Realista	108

O Potencial de uma Região Potencial	112
O Segredo de Justiça	115
Suicídio Colectivo?	118
O Império Incessante	122
Dear Issa	125
A Judicialização da Política	128
Bloqueio em Movimento	132
O Fórum Social Português	141
As Lições de Canas	144
Os Neoconservadores	147
Angola na Viragem	150
Said, o Intelectual e a Causa	152
Tribunais e Comunicação Social	155
O País Porno	158
A Universidade Participativa	160
2004	
A Qualidade da Acusação	165
Manipulação Maciça	167
Insegurança em Curso	170
Os Direitos Humanos	173
Saramago	176
1974-2004	179
Sociologia da Tortura	182
Boicote a Israel	185
República das Bananas	188
Momento Sombrio	190
Moçambique por Contar	193
O Barroco Tardio	196
O Novo Século Americano	199
Finlândia e Portugal	203
2005	
Os Próximos Anos	207
Ritual de Purificação	210
Momento de Esperança	213
A Economia e a Guerra	216
Difícil Libertação da Teologia	219
Pedagogia Constitucional	222
A Europa dos Cidadãos	225

Luto e Utopia em Português	228
Os Zapatistas	230
Terrorismo: Dois Discursos	233
Pós-Lulismo Progressista	236
A Cidade Incendiada	238
A Classe Média Radical	240
E se a Justiça fosse parte da Solução?	243
O Julgamento de Saddam	246
Integração Pluralista	249
O Meu Balanço	252
2006	
O Optimismo Trágico	257
As Nossas Caricaturas	260
O Choque Desburocrático	263
Perguntas Simples	266
Morales e a Democracia	269
O País Conservador	272
Os Magistrados do Futuro	275
Timor: É só o Começo	278
Carta a Frank	281
Um Acontecimento Histórico	284
Cuba	287
O Futuro da Democracia	290
Amazónia	292
A Exactidão do Erro	295
O Preço da Segurança	298
A Ásia	301
2007	
O Espectro de Saddam	307
África Renasce	309
As Lições do Referendo	312
A Saúde Segundo Campos	314
O Outro Poder Local	317
Socialismo Século XXI	319
O Estado do Mundo Segundo Três Interrogações	322
A Partilha de África	325
As Cimeiras	327
As Grandes Manobras	329

A Flexisegurança	331
A Urgência e o Infinito	333
Lixo e Cidadania	335
Nem tudo o que luz é verde	338
¿Por qué no te Callas?	341
Ser Real em Al Walajeh	344
2008	
A África Provincianiza a Europa	349
É a Saúde, estúpido!	352
Libertem a Língua	355
A Fome Infame	358
A Cultura do Ludíbrico	361
Terramoto de Longa Duração	364
A Transição em Angola	367
O Impensável Aconteceu	370
Uma Casa Branca Negra	373
Obama: the Day After	376
O Longo 2008	379
2009	
Requiem por Israel?	385
Consensos Problemáticos	388
As Grandes Ilusões	391
Em Vez da Europa	394
O Fim do Pensamento Único	397
A Esquerda é Burra?	400
Um Cidadão Comum de Esquerda	403
A Lucidez na Incerteza	406
De Copenhaga a Yasuní	409
Justiça: a Década da Visibilidade	412
2010	
Os EUA estão Doentes	419
O Fascismo Financeiro	422
A CPLP vista de África	425
A Desuniversidade	428
A Reuniversidade	431
A Ditamole	434
Respirar é Possível	437

História da Austeridade	440
Wikiliquidação do Império?	443
2011	
O que está em Causa	449
Poderá o Ocidente Aprender?	452
As Mulheres não são Homens	455
Quem quer Eleições?	458
Para sair da Crise	460
Inconformismo e Criatividade	463
Os Outros Comentadores da Crise	466
Desassossego da Oportunidade	469
Ao Fundo do Túnel	472
A Pensar nas Eleições	475
Que Democracia é esta?	478
A Água é Nossa	481
Os Limites da Ordem	484
Desenvolvimento do Subdesenvolvimento	487
Lições da Europa	490
Greve Geral	493
O que está em Jogo	496
COMENTADORES	499

UM ACONTECIMENTO HISTÓRICO

Desde as últimas décadas do século XX, os povos indígenas da América Latina começaram a desafiar o destino que as políticas indigenistas e as grandes correntes de pensamento ocidental lhes haviam antecipado: o seu irremediável desaparecimento. Pouco a pouco os movimentos protagonizados pelos indígenas foram-nos convertendo em uma das principais forças transformadoras e progressistas da região. Ainda que o activismo dos povos indígenas tenha sido uma constante, a partir desse momento as suas conquistas produziram-se com diferentes ritmos, tempos e intensidades em cada um dos Estados latino-americanos.

Estas divergências de tempos, ritmos e intensidades foram condicionadas pelos factores locais de cada Estado, mas também pelo impacto dos imperativos da globalização neoliberal. Paradoxalmente, a convergência das reivindicações dos movimentos indígenas com algumas das políticas neoliberais aplicadas pelos Estados latino-americanos criou um espaço de ambiguidade que pendurou entre a acção política transformadora e a cooptação das suas iniciativas. Não obstante, a energia emancipadora das lutas indígenas não se extinguiu, demonstrando uma enorme capacidade criativa para reinventar as suas identidades locais e criar novas solidariedades para combater, também a nível global, os imperativos do neoliberalismo. Esta crónica dá conta de um destes episódios históricos em que os povos indígenas andinos superam o seu localismo para imaginar, discutir e construir "outro futuro". | ORLANDO ARAGÓN

Frequentemente, os acontecimentos históricos só são reconhecidos como tal muitos anos ou séculos depois. No tempo em que ocorrem, passam despercebidos porque o seu significado escapa aos critérios e interesses que definem a actualidade noticiosa. Enquanto esta se pauta pela realidade dominante e pelos significados constituídos, os acontecimentos históricos rompem com essa realidade e são portadores de significados emergentes, constituintes, destinados a fazer história em vez de a reproduzir. Acabo de ter o privilégio de participar num desses acontecimentos. Teve lugar entre 15 e 17 de Julho na cidade de Cusco, Peru, antiga capital do Império Inca, o umbigo do mundo, como lhe chamavam os Incas, a 3500 metros de altitude na Cordilheira dos Andes. Tratou-se do congresso fundacional da Coordenadora Andina das Organizações Indígenas do

Peru, Equador, Bolívia, Chile, Colômbia e Argentina. A conquista espanhola do final do século XV, além de dizimar os povos que habitavam estes territórios, destruir as suas cidades, monumentos, lugares sagrados e reprimir as suas culturas, usos e costumes, teve por efeito retalhar e separar as populações que restaram em unidades políticas diferentes que mais tarde, no século XIX, se transformaram nos diferentes países latino-americanos. Os povos indígenas originários da região andina, quechuas, aymaras, mapuches e tantos outros, passaram a ser peruanos, bolivianos, equatorianos, chilenos, colombianos. O mesmo aconteceu com os povos da bacia amazónica e do resto da América do Sul e Central. As novas identidades nacionais nada tinham a ver com as identidades étnicas e culturais, uma situação muito semelhante à que viria a verificar-se depois em África e em vários locais da Ásia.

De todo o modo, as lutas de resistência dos povos indígenas contra a ocupação dos seus territórios, a pilhagem dos seus recursos e a supressão das suas culturas passaram a ter por marco de referência o Estado. A reivindicação principal sempre foi a de que os Estados ditos nacionais se deveriam reconhecer como plurinacionais, já que a única nação reconhecida como tal – a dos brancos e mestiços descendentes dos colonos – se alimentava da opressão colonial das diferentes nacionalidades originárias existentes no território. Aliás, esta opressão continuou depois da independência; até hoje, razão porque, para os povos indígenas, o colonialismo ainda não terminou.

No último quartel do século passado os movimentos indígenas lograram alguns êxitos assinaláveis: as constituições de vários Estados passaram a reconhecer a plurinacionalidade e a interculturalidade e, em consequência, vários direitos colectivos dos povos indígenas (auto-governo dos seus territórios; direito indígena; línguas e culturas indígenas). Foram, no entanto, em grande medida, vitórias aparentes, pois coincidiram com a investida do neoliberalismo no continente. Ou seja, no momento em que se criaram as condições para uma verdadeira coesão nacional, iniciou-se um violento e avassalador processo de desnacionalização dos Estados e das economias: liberalização do comércio, privatização, desregulação e cortes nas políticas sociais foram os nomes de guerra da (des)ordem neoliberal imposta pelos programas de ajustamento estrutural e, mais tarde, negociada, com a mão de ferro da diplomacia norte-americana, no âmbito dos tratados de livre comércio.

Com a nova política, os territórios indígenas e os seus recursos – o petróleo, a água, a biodiversidade, o gás natural, a madeira – ficaram à mercê das empresas multinacionais, operando simultaneamente em vários países. Tornou-se, então,

evidente que uma nova versão do colonialismo estava em marcha, um colonialismo transnacional e conduzido por agentes económicos muito poderosos com a conivência de Estados cúmplices e fracos ou enfraquecidos. Perante forças transnacionais, as lutas nacionais estariam votadas ao fracasso. Tornou-se, pois, imperiosa a necessidade de articular a resistência e propor alternativas a nível igualmente transnacional, uma necessidade que o Fórum Social Mundial veio sublinhar. Foi então que os povos indígenas redescobriram o seu carácter transnacional originário – o serem quechuas ou aymaras antes de serem peruanos ou bolivianos – e resolveram pô-lo ao serviço da constituição de um novo sujeito e de uma nova acção política internacional plasmados numa agenda política andina a ser prosseguida, tanto nas instâncias internacionais, como em cada um dos Estados andinos. 514 anos depois da conquista, os povos indígenas andinos reassumiram o que eram antes de as fronteiras nacionais os terem retalhado. Como dizia o líder equatoriano, Humberto Cholango, “*com a Coordenadora Andina o condor [a ave sagrada dos Incas] pode voltar a voar*”.

Visão, 3 de Agosto de 2006

CUBA

A dificuldade de pensar o fim do capitalismo, longe de representar o fim da história, tem ratificado a trajectória da hegemonia de um regime económico em que as práticas de exploração, opressão, diferenciação e exclusão seriam politicamente amortecidas por um modelo político que asseguraria a igualdade e a participação popular. No pólo do pensamento crítico, a revolução e a solidariedade internacional cubanas têm inspirado há mais de meio século a luta dos povos e as aspirações de democracia e igualdade. Nas palavras do reconhecido sociólogo cubano Aurelio Alonso, Cuba não representa um modelo, mas, sim, um caminho. Neste caminho, as práticas sociais, políticas e económicas foram constantemente limitadas por adversidades conjunturais, de que é exemplo fulminante o embargo económico exercido pelos Estados Unidos, um dos mais duradouros da história moderna.

Em Julho de 2006, a sucessão de Fidel Castro pelo seu irmão, Raul, despertou a curiosidade generalizada da política internacional. Boaventura escapa ao optimismo celebratório e ao exercício de futurologia que dominaram a opinião pública. Cuba interessa não só pelo exemplo de resistência, mas especialmente pela construção de um cenário de experimentação institucional e de consolidação de alternativas pós-capitalistas. Num período em que a capacidade de sobrevivência do capitalismo foi colocada em causa globalmente com uma crise económica mundial, a discussão sobre a transição cubana e a reinvenção do socialismo são evidências incontestáveis de que ainda não se pode falar quer em fim da história, quer em capitalismo sem fim. | ÉLIDA LAURIS

Cuba está a entrar num processo de transição política cuja complexidade decorre da natureza e duração do regime ainda em vigor, do peso da personalidade de Fidel Castro e da ameaça de intervenção externa por parte dos EUA. Apesar de muitas das promessas da revolução não se terem cumprido e de serem ainda hoje visíveis na sociedade cubana alguns traços do período pré-revolucionário, a revolução cubana continua a ser uma referência fortemente enraizada no imaginário político para muitos dos que lutam contra a injustiça social. Nem os mais ferozes críticos de Cuba ousam equiparar Fidel a Pinochet ou o regime de Cuba ao da Arábia Saudita. Quais as razões da perplexidade que Cuba suscita em alguns e do fascínio em outros?

se, ele próprio, for distribuído democraticamente. Qualquer solução que vise minimizar o desastre que se aproxima deve ser uma solução europeia, ou seja, uma solução que deve ser articulada com, pelo menos, alguns países do euro. São duas as soluções possíveis. A primeira, que é o cenário A, consiste em fazer pressão, articuladamente com os outros países "em dificuldade", no sentido de se alterar a curto prazo o quadro institucional da UE de modo a que se torne possível mutualizar a dívida, federalizando a democracia. Isto implica, entre outras coisas, dar poderes ao parlamento europeu, fazer a Comissão responder perante ele e eleger diretamente a presidência. Implica também uma política industrial europeia e a busca de equilíbrios comerciais no interior da Europa. Por exemplo, a Alemanha, que tanto exporta para a Europa, deverá importar mais da Europa, abandonando o mercantilismo da sua procura incessante de excedentes? Para tal ser possível é preciso uma política aduaneira e de preferências comerciais intra-europeias, assim como uma refundação da Organização Mundial do Comércio, alias já hoje um cadáver adiado, no sentido de começar a construir o modelo de cooperação internacional do futuro: acordos globais e regionais que, cada vez mais e sempre na medida do possível, façam com que os lugares de consumo coincidam com os lugares de produção. Implica também uma regulação financeira prudente a nível europeu que passa por um mandato pós-neoliberal para o Banco Central Europeu (mais poderes de intervenção com base em mais controlo democrático nas estrutura e no funcionamento). Esta solução contrapõe-se frontalmente à solução autoritária proposta pela Alemanha que consiste em submeter todos os países à tutela alemã como contrapartida dos eurobonds ou outro mecanismo de europeização da dívida. Esta rendição ao imperialismo alemão significaria que na Europa só tem direito à democracia quem tem dinheiro.

O cenário A é exigente e exigiria que, desde já, e apesar dos limites do atual mandato, o Banco Central Europeu assumisse um papel muito mais ativo para assegurar o tempo de transição. A prudência recomenda, no entanto, que a hipótese de tal cenário falhar seja prevista e considerada seriamente. Devíamos por isso desde já começar a preparar o cenário B, uma saída deste euro, a sós ou juntamente com outros países, com o argumento, que os factos comprovam, de que, com ele, as desigualdades entre países não cessarão de aumentar. A auditoria da dívida será um sinal da seriedade dos nossos propósitos. Os custos sociais da solução B não são mais altos quanto os custos do falhanço da solução A e permitem, pelo menos, ver uma luz ao fim do túnel.

Público, 24 de Novembro de 2011

COMENTADORES

ALEXANDRA MARTINS (Brasil) – Doutoranda do Centro de Estudos Sociais. Investigadora associada do Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil.

ALFREDO CAMPOS (Portugal) – Investigador Júnior do Centro de Estudos Sociais. Mestre em "Relações de Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo" pela Universidade de Coimbra.

ALICE COSTA (Brasil) – Pós-Doutorada pelo Centro de Estudos Sociais. Investigadora e professora da Universidade Federal Fluminense, Brasil.

ALICE CRUZ (Portugal) – Doutoranda do Centro de Estudos Sociais. Investigadora do projeto ALICE.

ANA OLIVEIRA (Portugal) – Investigadora Júnior do Centro de Estudos Sociais. Doutoranda da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

ANA RAQUEL MATOS (Portugal) – Doutoranda e Investigadora do Centro de Estudos Sociais.

ANDRÉ CRISTIANO JOSÉ (Moçambique) – Mestre em "Pós-Colonialismos e Cidadania Global" pela Universidade de Coimbra. Director científico do Centro de Formação Jurídica e Judiciária, Maputo, Moçambique.

ÂNGELA MARQUES FILIPE (Portugal) – Investigadora júnior do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e visitante no King's College. Investigadora no Centre for the Study of Bioscience, Biomedicine, Biotechnology and Society – BIOS, E Doutoranda da London School of Economics and Political Science.

ÂNGELO CARDITA (Portugal) – Doutor em Teologia pelo Pontifício Ateneo S. Anselmo, Roma. Concluiu o pós-doutoramento no Centro de Estudos Sociais.

ANTONI JESÚS AGUILÓ BONET (Espanha) – Investigador do Centro de Estudos Sociais. Doutor pela Universidade das Ilhas Baleares em Ciências Sociais e Humanas.

ANTÓNIO CARVALHO (Portugal) – Doutorando da Universidade de Exeter. Membro do Núcleo de Estudos sobre Ciência, Tecnologia e Sociedade do Centro de Estudos Sociais.

- ANTÓNIO FARINHAS (Portugal) – Doutorando da École des Hautes Études en Sciences Sociales. Foi Investigador Júnior do Centro de Estudos Sociais.
- BRUNO SENA MARTINS (Portugal) – Investigador do Centro de Estudos Sociais, integrando o projecto ALICE. Doutorando em Sociologia pela Universidade de Coimbra.
- CAIO SIMÕES DE ARAÚJO (Brasil) – Mestrado pela Central European University, Budapeste.
- CAETANO DE CARLI (Brasil) – Doutorando do Centro de Estudos Sociais.
- CARINA SOUSA GOMES (Portugal) – Investigadora do Centro de Estudos Sociais e doutoranda da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- CARLA AFONSO (Portugal) – Mestre em Direito Internacional Humanitário, na Universidade de Deusto. Cooperante do governo basco, ao abrigo do programa ART-GOLD do PNUD.
- CARLA ÁGUAS (Brasil) – Doutoranda do Centro de Estudos Sociais.
- CARLOS BARRADAS (Portugal) – Doutorando e Investigador Júnior do Centro de Estudos Sociais.
- CARLOS ELIAS BARBOSA (Cabo Verde) – Doutorando do Centro de Estudos Sociais.
- CARLOS LÚCIO (México) – Mestre em Sociologia pela Universidade de Coimbra. Doutorando do Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social (CIESAS), México.
- CARLOS NOLASCO (Portugal) – Doutorando do Centro de Estudos Sociais. Docente do Instituto Piaget/Viscu.
- CAROLINA PEIXOTO (Brasil) – Doutoranda e Investigadora Júnior do Centro de Estudos Sociais.
- CATARINA ANTUNES GOMES (Portugal) – Investigadora do Centro de Estudos Sociais, integrando o Projecto ALICE. Doutorada em Sociologia pela Universidade de Coimbra.
- CÉSAR AUGUSTO BALDI (Brasil) – Doutorando da Universidad Pablo Olavide.
- CLÁUDIA NOGUEIRA PEREIRA (Portugal) – Doutoranda e Investigadora do Centro de Estudos Sociais.
- CRISTIANO GIANOLLA (Itália) – Doutorando do Centro de Estudos Sociais. Investigador do projeto ALICE.
- CRIZIANY MACHADO Felix (Brasil) – Doutoranda do Centro de Estudos Sociais.
- DANIEL NEVES (Portugal) – Doutorando e Investigador Júnior no Centro de Estudos Sociais.
- DAVID LARRAZ (Espanha) – Doutorando do Centro de Estudos Sociais.

- DIANA FERNANDES (Portugal) – Mestre em Sociologia pela Universidade de Coimbra.
- EDUARDO BASTO (Portugal) – Doutorando do Centro de Estudos Sociais.
- ÉLIDA LAURIS (Brasil) – Doutoranda do Centro de Estudos Sociais. Investigadora e co-coordenadora do projecto ALICE.
- EURÍDICE MONTEIRO (Cabo Verde) – Doutoranda do Centro de Estudos Sociais.
- FÁBIO ANDRÉ DINIZ MERLADET (Brasil) – Investigador e ativista no Programa Pólos de Cidadania, núcleo de Direito à Cidade. Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais.
- FABRICE SCHURMANS (Bélgica) – Doutorando em “Pós-Colonialismos e Cidadania Global” pela Universidade de Coimbra.
- FERNANDO LUDWIG (Brasil) – Doutorando do Centro de Estudos Sociais.
- FERNANDA VIEIRA (Brasil) – Doutoranda da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e bolsista no Centro de Estudos Sociais.
- FRANCISCO FREITAS (Portugal) – Investigador Júnior do Centro de Estudos Sociais. Mestre em Dinâmicas Sociais, Riscos Naturais e Tecnológicos pela Universidade de Coimbra.
- HÉLIA SANTOS (Portugal) – Investigadora Júnior do Centro de Estudos Sociais. Mestre em “Pós-Colonialismos e Cidadania Global” pela mesma instituição e pela Universidade de Coimbra.
- HUGO DIAS (Portugal) – Doutorando e Investigador do Centro de Estudos Sociais.
- HUGO PINTO (Portugal) – Doutorando do Centro de Estudos Sociais.
- ISABELLA GONÇALVES MIRANDA (Brasil) – Investigadora e ativista no Programa Pólos de Cidadania, núcleo de Direito à Cidade. Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais.
- JOANA FILIPA DIAS (Portugal) – Doutoranda do Centro de Estudos Sociais.
- JOÃO PAULO DIAS (Portugal) – Diretor-Executivo e Investigador do Centro de Estudos Sociais.
- JOÃO PEDRO CAMPOS (Portugal) – Mestrando da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Técnico superior da Administração Pública (Ministério da Justiça). Foi Investigador Júnior no Centro de Estudos Sociais.
- JOÃO RODRIGUES (Portugal) – Investigador e Pós-doutorando do Centro de Estudos Sociais.
- JOSÉ PEDRO ARRUDA (Portugal) – Foi Investigador Júnior no Centro de Estudos Sociais.

- JOSÉ LUIS EXENI RODRÍGUEZ (Bolívia) – Pós-doutorado do Centro de Estudos Sociais. Investigador e Co-Coordenador do Projecto ALICE.
- JOSÉ MANUEL REIS (Portugal) – Mestrando da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- JÚLIA FIGUEIREDO BENZAQUÉN (Brasil) – Doutorada em “Pós-colonialismos e cidadania global” pela Universidade de Coimbra.
- JULIANO GERALDI (Brasil) – Doutorando do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.
- KÁTIA CARDOSO (Cabo Verde) – Doutoranda e Investigadora do Centro de Estudos Sociais.
- LUCIANA SILVA (Portugal) – Investigadora Júnior do Centro de Estudos Sociais. Mestranda da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- LUCIANE LUCAS (Brasil) – Pós-doutoranda no Centro de Estudos Sociais. Investigadora do projeto ALICE.
- MADALENA DUARTE (Portugal) – Investigadora do Centro de Estudos Sociais e do Observatório Português da Justiça. Doutoranda da mesma instituição.
- MARGARIDA FILIPE GOMES (Portugal) – Investigadora Júnior do Centro de Estudos Sociais. Secretária editorial de Boaventura de Sousa Santos.
- MARIA JOÃO GUIA (Portugal) – Doutoranda do Centro de Estudos Sociais. Inspectora-Adjunta do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.
- MARINA HENRIQUES (Portugal) – Doutoranda e Investigadora do Centro de Estudos Sociais.
- MARTA PEÇA (Portugal) – Mestre em Sociologia pela Universidade de Coimbra.
- MARTA RORIZ (Portugal) – Investigadora júnior no Centro de Estudos Sociais e doutoranda da mesma instituição.
- MAURÍCIO HASHIZUME (Brasil) – Doutorando do Centro de Estudos Sociais. Investigador do projeto ALICE. Editor da ONG Repórter Brasil.
- MICHELE GRIGOLO (Itália) – Pós-doutorando no Centro de Estudos Sociais. Doutorado em Ciências Sociais e Políticas pelo Instituto Universitário Europeu de Florença, Itália.
- MIGUEL CARDINA (Portugal) – Investigador do Centro de Estudos Sociais e pós-doutorando da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- MIGUEL HENRIQUES (Portugal) – Doutorado em Política Internacional e Resolução de Conflitos pela Universidade de Coimbra.
- MIHAELA MIHAI (Roménia) – Pós-doutoranda no Centro de Estudos Sociais. Doutorada em Ciência Política pela Universidade de Toronto, Canadá.

- MÓNICA LOPES (Portugal) – Doutoranda e Investigadora do Centro de Estudos Sociais.
- NELSON MATOS (Portugal) – Foi Assistente de Investigação do Centro de Estudos Sociais.
- NUNO SERRA (Portugal) – Doutorando do Centro de Estudos Sociais.
- ODAIR VARELA (Cabo Verde) – Doutorado em “Pós-Colonialismos e Cidadania Global” pela Universidade de Coimbra. Docente e investigador do Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais, Cabo Verde.
- OLIVIER GUIOT (Bélgica) – Investigador Júnior do Centro de Estudos Sociais. Mestre em Migrações, Inter-Etnicidade e Transnacionalismo pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- ORIANA RAINHO BRÁS (Portugal) – Doutoranda do Centro de Estudos Sociais.
- ORLANDO ARAGÓN ANDRADE (México) – Professor da Universidade Michoacana de San Nicolás de Hidalgo, México. Realizou um estágio de investigação no Centro de Estudos Sociais.
- PATRÍCIA BRANCO (Portugal) – Doutoranda e Investigadora do Centro de Estudos Sociais.
- PAULA CASALEIRO (Portugal) – Doutoranda e Investigadora Júnior do Centro de Estudos Sociais.
- PAULA FERNANDO (Portugal) – Investigadora do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e do Observatório Permanente da Justiça Portuguesa.
- PEDRO ARAÚJO (Portugal) – Doutorando e Investigador do Centro de Estudos Sociais.
- RAÚL LLASAG FERNÁNDEZ (Equador) – Doutorando do Centro de Estudos Sociais. Investigador do projeto ALICE.
- RAÚL MENDES FERNANDES (Cabo Verde) – Doutorando do Centro de Estudos Sociais. Investigador permanente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, Guiné-Bissau.
- RICARDO COELHO (Portugal) – Doutorando e Investigador Júnior do Centro de Estudos Sociais.
- RITA GRÁCIO (Portugal) – Doutoranda da Universidade de Exeter. Investigadora Júnior do Centro de Estudos Sociais até 2010.
- RITA SANTOS (Portugal) – Doutoranda e Investigadora Júnior do Centro de Estudos Sociais.
- SARA ARAÚJO (Portugal) – Doutoranda do Centro de Estudos Sociais. Investigadora e co-coordenadora do projeto ALICE.

- SHEILA KHAN (Portugal) – Investigadora Convidada do Centro de Investigação em Ciências Sociais da Universidade do Minho. Concluiu o pós-doutoramento no Centro de Estudos Sociais.
- SÍLVIA ROQUE (Portugal) – Doutoranda e Investigadora do Centro de Estudos Sociais.
- SUSANA COSTA (Portugal) – Pós-doutoranda e Investigadora do Centro de Estudos Sociais.
- SUSANA FREIRIA (Portugal) – Doutoranda e Investigadora Júnior do Centro de Estudos Sociais.
- SUSANA DE NORONHA (Portugal) – Doutoranda do Centro de Estudos Sociais.
- TATIANA MOURA (Portugal) – Investigadora do Centro de Estudos Sociais. Diretora Executiva do Instituto Promundo (Rio de Janeiro).
- TERESA CUNHA (Portugal) – Doutorada em Sociologia pela Universidade de Coimbra. Investigadora do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e do Projeto ALICE.
- TERESA MANECA LIMA (Portugal) – Doutoranda e Investigadora do Centro de Estudos Sociais.
- TIAGO RIBEIRO (Portugal) – Mestrando e Investigador Júnior do Centro de Estudos Sociais.
- VALÉRIO NITRATO IZZO (Itália) – Pós-doutorando no Centro de Estudos Sociais. Doutorado em Filosofia do Direito pela Universidade de “Federico II” Nápoles.
- VÂNIA BALDI (Itália) – Professor auxiliar convidado da Universidade de Aveiro. Conclui o pós-doutoramento no Centro de Estudos Sociais.